



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. Com base na Resolução CFC n.º 1.121/08, que aprovou a NBC T 1 a qual versa sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, assinale a opção CORRETA.

- a) O valor pelo qual o patrimônio líquido é apresentado no balanço patrimonial depende da mensuração dos ativos, dos passivos e do resultado.
- b) O valor do patrimônio líquido deverá ser igual ao valor de mercado das ações da entidade ou da soma que poderia ser obtida pela venda dos seus ativos e liquidação de seus passivos em uma base de item-por-item, ou da entidade como um todo, em uma base de continuidade operacional.
- c) A constituição de reservas é, às vezes, exigida pelo estatuto ou por lei para dar à entidade e a seus credores uma margem maior de proteção contra os efeitos de prejuízos.
- d) Reservas podem ser constituídas em atendimento a leis que concedem isenções ou reduções nos impostos a pagar quando são feitas transferências para tais reservas. A existência e o valor de tais reservas legais, estatutárias ou fiscais representa informações que podem ser importantes para a tomada de decisão dos usuários. As transferências para tais reservas são apropriações do lucro do exercício.

2. Conforme a Resolução CFC n.º 1.110/07, que aprovou a NBC T 19.10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, assinale a opção CORRETA.

- a) Uma entidade deverá testar, no mínimo a cada três anos, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável.
- b) Um ativo não está desvalorizado quando o valor recuperável excede o valor contábil.
- c) Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, uma entidade deve fazer estimativa formal do valor recuperável de todos os seus ativos imobilizados.
- d) As companhias de capital aberto estão obrigadas a avaliar trimestralmente se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

3. De acordo com a Resolução CFC n.º 1.110/07, que aprovou a NBC T 19.10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, uma entidade deve divulgar em suas demonstrações contábeis as informações para cada classe de ativos. Com relação a este assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) O valor da perda por desvalorizações reconhecidas no resultado durante o período, e a(s) linha(s) da demonstração do resultado na(s) qual(is) essas perdas por desvalorizações foram incluídas.
- b) O valor de perdas por desvalorizações em ativos reavaliados reconhecidos diretamente no patrimônio líquido durante o período.
- c) O valor das reversões de perdas por desvalorizações reconhecidas parte no resultado do exercício e parte no patrimônio líquido.



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

d) O valor das reversões das perdas por desvalorizações em ativos reavaliados reconhecidos diretamente no patrimônio líquido durante o período.

4. A companhia aberta ABC adquiriu em abril de 2008 uma participação minoritária de 40% do capital votante da Objetivo S.A. Em agosto de 2008, em decorrência de acordo de acionistas firmado pela primeira vez na investida, a ABC passou a exercer controle sobre sua administração. Em dezembro de 2008, a ABC deverá elaborar demonstrações contábeis consolidadas, referentes à demonstração do resultado da subsidiária relativo a qual período?

- a) Abril a dezembro de 2008.
- b) Janeiro a dezembro de 2008.
- c) Agosto a dezembro de 2008.
- d) Somente em 2009.

5. O objetivo da Resolução CFC n.º 1.125/08, que aprovou a NBC T 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, é o de exigir o fornecimento de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de uma demonstração que classifique os fluxos de caixa durante os períodos. Com relação a esse assunto, assinale a opção CORRETA.

- a) A norma permite que algumas entidades não divulguem a demonstração de fluxos de caixa, já que esta informação encontra-se divulgada nas outras demonstrações contábeis básicas.
- b) A entidade deve divulgar os fluxos de caixa das atividades operacionais utilizando quaisquer dos métodos previstos: direto, indireto e operacional.
- c) Uma empresa que contabilize seu investimento em uma entidade de controle conjunto utilizando a consolidação proporcional incluirá, em sua demonstração consolidada de fluxo de caixa, a totalidade dos fluxos de caixa da controlada em conjunto.
- d) Transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

6. Considerando a Resolução CFC n.º 1.151, que aprovou a NBC T 19.17 – Ajuste a Valor Presente, assinale a opção CORRETA:

- a) A aplicação do conceito de ajuste a valor presente a um ativo equipara o valor apurado desse ativo ao valor justo.
- b) Ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos devem ser mensurados pelo seu valor presente a qualquer momento dentro do exercício social, não podendo exceder a data de término do exercício social para esse reconhecimento.
- c) O valor do imposto de renda diferido não deve ser trazido a valor presente.



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

d) Todos os ativos e passivos não monetários estão sujeitos à aplicação do conceito de ajuste a valor presente com apuração e registro do ajuste no resultado do exercício.

7. A Lei n.º 11.638/07 e a MP n.º 449/08 determinaram diversas alterações nos arts. 183 e 184 da Lei n.º 6.404/76 que se referem aos critérios de avaliação dos ativos e passivos. Considerando as informações acima, assinale a opção que apresenta um aspecto que NÃO foi objeto de alteração da Lei n.º 11.638/07.

a) As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito.

b) Os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização.

c) A análise periódica da recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: (i) registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (ii) revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

d) Os investimentos em participação no capital social de outras sociedades, ressalvado o disposto nos arts. 248 a 250, pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente, e que não será modificado em razão do recebimento, sem custo para a companhia, de ações ou quotas bonificadas.

8. De acordo com a Resolução n.º 1.142/08, que aprovou a norma NBC T 19.14, quando a operação de captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais não for concluída, inexistindo aumento de capital ou emissão de bônus de subscrição, os custos de transação devem ser:

a) baixados como perda contra lucros/prejuízos acumulados.

b) baixados como perda em conta do resultado do exercício.

c) mantidos em conta de ativo para apropriação ao custo de futura operação.

d) apropriados ao ativo intangível, sujeitos ao teste de recuperabilidade.

9. Os custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários de que trata a Resolução CFC n.º 1.142, que aprovou a NBC T 19.14, enquanto não captados os recursos a que se referem, devem ser:

a) apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado.

b) apropriados de imediato ao resultado do período, pois são despesas a partir do momento de sua ocorrência.

c) transferidos para o ativo intangível tão logo concluído o processo de captação.



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

d) apropriados a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

10. Qual a opção abaixo que NÃO se aplica à elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, conforme Resolução n.º 1.138/08, que aprovou a NBC T 3.7, na construção de ativos dentro da própria empresa, para o uso próprio.

a) Diversos fatores de produção são utilizados, inclusive fatores internos como mão-de-obra, com os consequentes custos que essa contratação e utilização provocam. Para a elaboração da DVA, essa construção equivale à produção vendida para a própria empresa e, por isso, seu valor contábil integral precisa ser considerado como receita.

b) À medida que tais ativos entrem em operação, a geração de resultados desses ativos não deve receber tratamento idêntico aos resultados gerados por qualquer outro ativo adquirido de terceiros;

c) Para evitar o desmembramento das despesas de depreciação, na elaboração da DVA, entre os componentes que serviram de base para o respectivo registro do ativo construído internamente, os valores gastos nessa construção devem, no período da construção, ser tratados como receitas relativas à construção de ativos próprios.

d) O reconhecimento dos valores gastos no período como outras receitas, além de aproximar do conceito econômico de valor adicionado, evita controles complexos adicionais, que podem ser custosos, durante toda a vida útil econômica do ativo.

11. A respeito das alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e pela MP n.º 449/087 na Lei n.º 6.404/76, no que tange à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) em coligadas, assinale a opção INCORRETA.

a) Independe que o investimento na coligada seja relevante.

b) Com 15% de participação, mas com influência significativa na administração da coligada, deve ser feita a aplicação do MEP.

c) Se não houver influência significativa na administração, a participação deve ser, no mínimo, de 20% do capital votante, para que se aplique o MEP.

d) A participação inferior a 20% do capital total representado por ações ordinárias e preferenciais dispensa a influência significativa na administração e, por isso, se aplica o MEP.

12. A Administração da entidade necessita estabelecer estimativas, assim como identificar as práticas contábeis adequadas na elaboração das demonstrações contábeis. Nesta linha, posiciona-se a Resolução CFC n.º 1.087/06, que aprovou a NBC T 19.11 que trata das mudanças nas práticas contábeis, nas estimativas e da correção de erros. Com base no que define a referida Norma, assinale a opção que NÃO condiz com tais definições.

a) Na ausência de norma ou interpretação, a administração da entidade deve usar seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de prática contábil que resulte em informação relevante para a tomada de decisão pelos usuários.



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

- b) Em seu processo de julgamento, a administração da entidade deve considerar pronunciamentos de outros órgãos que elaboram padrões e práticas de segmentos específicos e adotem conceitos similares no desenvolvimento de normas contábeis.
- c) A entidade deve selecionar e aplicar suas práticas contábeis de maneira uniforme em relação a transações similares, outros eventos e circunstâncias, a não ser que outra norma ou interpretação técnica específica seja mais apropriada.
- d) Mesmo que uma norma ou interpretação técnica exija ou permita forma específica de classificação de itens, essa prática contábil não deverá ser utilizada nem aplicada.

13. A carta de administração contém informações e declarações prestadas pela administração da entidade que a tornam uma evidência do trabalho de auditoria. Como tal, pode-se afirmar que:

- a) com base na carta de administração, o auditor pode rever o seu planejamento e decidir por não realizar algum exame anteriormente previsto.
- b) a carta de administração não pode confirmar que todas as transações efetuadas no período coberto pelas Demonstrações Contábeis foram devidamente registradas nos livros contábeis.
- c) a Carta de Administração deve confirmar que as estimativas contábeis foram efetuadas sob responsabilidade da administração, com base em dados consistentes e que os riscos e as incertezas existentes foram divulgados nas demonstrações contábeis.
- d) os auditores podem dispensar a emissão da carta de administração sem que possam incorrer em riscos em relação ao seu trabalho.

14. Com base na Lei n.º 11.638/07, assinale a opção INCORRETA.

- a) Demonstração do Valor Adicionado - DVA é obrigatória somente para companhias abertas.
- b) Demonstração dos Fluxos de Caixa é obrigatória para todas as companhias abertas ou fechadas.
- c) As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3.º do art. 177 da Lei n.º 6.404/76 deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.
- d) As companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.

15. Na ausência de informações em contrário, a preparação das demonstrações contábeis presume a continuidade da entidade em regime operacional. Considerando o assunto referido na NBC T 11.10, qual das opções a seguir apresenta um fator que NÃO corresponde a realidade?

- a) Os ativos e os passivos são registrados com base no fato de que a entidade possa realizar seus ativos e saldar seus passivos no curso normal dos negócios.
- b) Se o pressuposto de continuidade operacional for injustificado, é possível que a entidade não seja capaz de



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

realizar seus ativos ou liquidar seus passivos pelos valores e vencimentos contratados.

c) A evidência de normalidade pelo prazo de um ano, após a data das Demonstrações Contábeis, é suficiente para caracterização da continuidade.

d) As indicações de que a continuidade da entidade em regime operacional está em risco só podem vir das Demonstrações Contábeis.

16. Com relação à divulgação de informações relativas aos ativos intangíveis, nos termos da Resolução CFC n.º 1.139/08, que aprovou a NBC T 19.8, assinale a opção CORRETA.

a) Na divulgação das informações a respeito desses ativos, a entidade deve fazer a distinção entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis.

b) Deve-se informar a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída, sendo dispensada, neste caso, a conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando adições por aquisições ou desenvolvimento interno, entre outras.

c) Para ativos intangíveis com vida útil definida, não se faz necessária a divulgação dos métodos de amortização utilizados.

d) É facultativa a informação do valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período, caso seja informada a movimentação ocorrida no período.

17. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente, de acordo com a NBC T 19.8:

a) Deve ser reconhecido contabilmente como ativo, desde que seja possível quantificá-lo.

b) Não deve ser reconhecido como ativo.

c) Não deve ser reconhecido como ativo, a menos que seja avaliado por peritos e amortizado pelo prazo que vier a ser definido no laudo da avaliação.

d) Deve ser reconhecido como ativo, porém não deverá ser amortizado, somente submetido ao teste de valor recuperável.

18. No contexto da Resolução CFC n.º 1.145/08, que aprovou a NBC T 17, algumas relações entre “partes” não as tornam necessariamente “partes relacionadas”. Das situações referidas a seguir, assinale aquela que caracteriza, necessariamente, as partes envolvidas como “partes relacionadas”, para efeitos de aplicação das regras contidas na norma referida.

a) As Companhias ABC e XYZ partilham do controle de uma *joint venture*.

b) A Companhia PCN é concessionária de veículos da General Motors mantendo um volume significativo de negócios que a torna dependente econômica.

c) A Companhia New York Ltda. e a Serra Azul S/A têm como controlador a mesma pessoa.



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

d) O BNDES financiou parte relevante do projeto da Companhia Mattoso.

19. A Resolução CFC n.º 1.151, que aprovou a NBC T 19.17 – Ajuste a Valor Presente, tem como objetivo estabelecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo na elaboração de demonstrações contábeis. Com relação a esse assunto, assinale a opção CORRETA.

a) Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

b) As reversões dos ajustes a valor presente dos ativos e passivos monetários qualificáveis devem ser apropriadas em conta específica do patrimônio líquido.

c) A quantificação do ajuste a valor presente deve ser realizada em base a taxa de juros simples "pro rata die", a partir da origem de cada transação, sendo os seus efeitos apropriados nas contas a que se vinculam.

d) Para fins de desconto a valor presente de ativos e passivos, a taxa a ser aplicada deve ser líquida de efeitos fiscais.

20. As informações a respeito da existência de partes relacionadas se constituem em elemento de fundamental importância na avaliação e no entendimento das demonstrações contábeis de uma entidade. A Resolução CFC n.º 1.145/08, que aprovou a NBC T 17, estabelece as normas que deverão ser observadas em relação a este tema. Assinale a opção que NÃO está de acordo com as determinações dessa norma, no que tange à divulgação das informações acerca das partes relacionadas.

a) A identificação de relacionamentos com partes relacionadas entre controladoras ou investidoras e controladas ou coligadas é uma exigência adicional ao já requerido por outras normas, tais como a divulgação dos investimentos significativos em controladas, coligadas e controladas em conjunto.

b) Para permitir aos usuários de demonstrações contábeis uma visão acerca dos efeitos dos relacionamentos com partes relacionadas na entidade, é apropriado divulgar o relacionamento com partes relacionadas onde exista controle, tendo havido, ou não, transações entre as partes relacionadas.

c) Os relacionamentos entre controladora e controlada ou coligada devem ser divulgados somente quando tenha havido transações entre essas partes relacionadas.

d) Em uma estrutura societária com múltiplos níveis de participações, a entidade deve divulgar nome da entidade controladora direta e, se for diferente, da parte controladora final.

21. Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros devem ser reconhecidos pelos arrendatários, no início do prazo de arrendamento mercantil, em contas específicas de ativos e passivos de suas demonstrações contábeis. De acordo com a Resolução CFC n.º 1.141/08, que aprovou a NBC T 10.2, esse reconhecimento deve ser efetuado:

a) pelo somatório dos pagamentos mínimos estabelecidos no contrato de arrendamento mercantil, determinado na data da contratação.



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

- b) pelo valor presente dos pagamentos mínimos estabelecidos no contrato de arrendamento mercantil, determinado na data da contratação.
- c) ao valor justo da propriedade arrendada, determinado no início do arrendamento mercantil.
- d) ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos, cada um deles determinado no início do arrendamento mercantil.

22. A Lei n.º 11.638/07 estabeleceu que também devem ser contabilizados no ativo imobilizado os valores decorrentes de operações que transmitam à companhia os benefícios, os riscos e o controle de bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia. Diante dessa determinação e com base na NBC T 10.2, é CORRETO afirmar que:

- a) as parcelas mensais relativas aos pagamentos dos contratos de arrendamento mercantil operacional ou financeiro devem ser contabilizadas no ativo imobilizado por ocasião do pagamento de cada uma delas.
- b) se as transações de arrendamento mercantil não forem refletidas no balanço do arrendatário, os recursos econômicos e o nível de obrigações de uma entidade estão registrados a menor, distorcendo, dessa forma, os índices financeiros.
- c) apenas as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser apropriadas ao ativo imobilizado, por ocasião dos pagamentos das parcelas mensais; as relativas às operações de arrendamento mercantil financeiro devem ser contabilizadas no início do prazo de arrendamento mercantil.
- d) a definição sobre se uma operação de arrendamento mercantil deve, ou não, ser contabilizada no ativo imobilizado, depende, exclusivamente, do que estiver estabelecido no contrato de arrendamento mercantil sobre a transferência de riscos e benefícios.

23. Considerando os termos da Resolução CFC n.º 1.143/08, que aprovou a NBC T 19.4, assinale a opção INCORRETA.

- a) O simples recebimento da subvenção não é prova conclusiva de que as condições a ela vinculadas tenham sido ou serão cumpridas.
- b) A forma como a subvenção é recebida influencia no método de contabilização a ser adotado.
- c) Qualquer contingência associada a uma subvenção governamental reconhecida deve ser tratada de acordo com a norma sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas.
- d) Subsídio em empréstimo é reconhecido como subvenção governamental quando existir segurança de que a entidade cumprirá os compromissos assumidos.

24. No que diz respeito à contabilização das subvenções governamentais, observadas as condições estabelecidas na Resolução CFC n.º 1.143/08, que aprovou a NBC T 19.4, assinale a opção CORRETA.

- a) Uma subvenção governamental poderá ser reconhecida como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições pactuadas contratualmente com o ente governamental.



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

- b) A subvenção governamental só pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido quando for gratuita, ou seja, quando não existirem contrapartidas obrigacionais.
- c) Subvenção governamental apenas excepcionalmente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando está de acordo com as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações.
- d) Mesmo depois de atendidos aos requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo.

25. De acordo com a nova redação do § 1.º do art. 178 da Lei n.º 6.404/76, que lhe foi atribuída pela Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, a composição dos grupos do Ativo é:

- a) ativo circulante, ativo realizável a longo prazo e ativo não circulante.
- b) ativo circulante, ativo não circulante e ativo permanente.
- c) ativo circulante, ativo não circulante, ativo permanente e ativo intangível.
- d) ativo circulante e ativo não circulante.

26. Conforme a Resolução CFC n.º 1.121/08, que aprovou a NBC T 1, que trata sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, o seu alcance envolve os seguintes aspectos, EXCETO:

- a) o objetivo das demonstrações contábeis.
- b) as características quantitativas, as bases e os princípios que determinam a utilidade das informações contidas nas demonstrações contábeis.
- c) a definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos que compõem as demonstrações contábeis.
- d) os conceitos de capital e de manutenção do capital.

27. Quanto à utilização de trabalhos de especialistas pelo auditor independente, de acordo com a Resolução CFC n.º 1.023/05, que aprovou a NBC P 1.8 - Utilização de Trabalhos de Especialistas, o especialista:

- a) não pode ser contratado pelo auditor independente.
- b) não pode ser empregado do auditor independente.
- c) deve ser contratado pela entidade auditada.
- d) pode ser empregado da entidade auditada.

28. Com base na Resolução CFC n.º 937/02, que aprovou a NBC T 8, devem ser excluídas das demonstrações contábeis consolidadas as entidades controladas que se encontrem em uma das situações abaixo.



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

- a) Cujas operações não mantenham semelhança com as operações da entidade controladora.
- b) Com efetivas e claras evidências de perda de continuidade e cujo patrimônio seja avaliado, ou não, a valores de liquidação.
- c) Cujas participações na entidade seja inferior a 20% do capital votante.
- d) Quando haja possibilidade de venda por parte da controladora, em futuro próximo, mesmo que ainda não tenha efetiva e clara evidência de realização devidamente formalizada.

29. Com base na Deliberação CVM n.º 273/98 e na Instrução CVM n.º 371/02, o ativo fiscal diferido, decorrente de prejuízos fiscais do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e das bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL) e das diferenças temporárias:

- a) deve ser reconhecido, total ou parcialmente, desde que exista histórico de lucratividade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, definido em estudo técnico de viabilidade que permita a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos.
- b) não deve ser reconhecido contabilmente, independentemente da existência de expectativa de geração de resultados tributáveis futuros, pois fere o Princípio do Conservadorismo.
- c) deve ser reconhecido, total ou parcialmente, desde que exista histórico de lucros tributáveis futuros pelo prazo definido em estudo técnico de viabilidade que permita a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de cinco anos, e desde que tenha obtido lucro tributável em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais.
- d) deve ser reconhecido, total ou parcialmente, desde que exista histórico de lucratividade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, definido em estudo técnico de viabilidade que permita a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de três anos.

30. A empresa ABC, subsidiária da Companhia XYZ, encontra-se em processo de descontinuidade das operações e o auditor independente, para a emissão do seu parecer, avaliou que os fatos determinantes dessa situação não foram adequadamente revelados e divulgados pela sua Administração. Nessas condições, considerando-se que a Administração da companhia não elaborou as demonstrações contábeis mediante a adoção de práticas contábeis aplicáveis a empresas em regime de descontinuidade operacional, bem como não apresentou planos de negócios com vistas à sua recuperação, qual deverá ser a decisão do auditor independente relacionada com a emissão do seu parecer?

- a) Emitir parecer com opinião adversa, destacando a não-preparação das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis aplicáveis e a omissão de divulgações relevantes em notas explicativas.
- b) Emitir parecer com abstenção de opinião, destacando a não-preparação das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis aplicáveis e a omissão de divulgações relevantes em notas explicativas.
- c) Emitir parecer com opinião sem ressalva e incluir parágrafos de ênfase, relatando a incerteza quanto à continuidade das operações e a omissão de divulgações relevantes em notas explicativas.
- d) Emitir parecer com opinião adversa e incluir parágrafo de ênfase, no qual fundamentará as razões que o levaram a emitir uma opinião adversa, em decorrência da falta de divulgação dos fatos por parte da administração.



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

31. De acordo com a Instrução CVM n.º 308/99, NÃO é vedado ao auditor independente e às pessoas físicas e jurídicas a ele ligadas, conforme definido nas normas de independência do CFC, em relação às entidades cujo serviço de auditoria contábil esteja a seu cargo, o(a):

- a) planejamento tributário e a assessoria à reestruturação organizacional.
- b) determinação de valores para efeito de constituição de provisões ou reservas técnicas e de provisões para contingências.
- c) remodelamento dos sistemas contábil, de informações e de controle interno.
- d) avaliação de componentes patrimoniais com base no valor contábil.

32. Com base na Lei n.º 6.404/76 e alterações posteriores, a companhia NÃO poderá distribuir dividendos a débito na conta:

- a) Reservas de Capital, no caso das ações ordinárias.
- b) Reservas de Lucros Retidos.
- c) Reserva para Aumento de Capital.
- d) Lucros Acumulados.

33. O auditor independente concluiu não ser praticável obter evidência de auditoria adequada e suficiente (embora fosse esperado obtê-la em condições normais) com relação ao custo de um ativo, que tem ou pode ter efeito significativo sobre as Demonstrações Contábeis. Diante desse fato, obtém uma declaração da administração sobre o custo desse ativo. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade-Auditoria-aplicáveis, assinale a opção CORRETA.

- a) O auditor deve mencionar o fato em um parágrafo intermediário e emitir seu parecer constando no parágrafo da opinião o termo “sujeito a”, confirmando a declaração dos administradores da entidade.
- b) O auditor, tendo em vista ter recebido a informação escrita dos administradores, deve tratar tal incerteza em parágrafo de ênfase do seu parecer, não ressaltando a sua opinião.
- c) O auditor, nas circunstâncias, pode aceitar a declaração da administração como base para a emissão de seu parecer sem ressalva.
- d) O auditor deve considerar que a impraticabilidade na obtenção da evidência de auditoria caracteriza-se como uma limitação no escopo de seu trabalho, a qual não pode ser mitigada pela declaração da administração e, assim, deve abster-se de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis, identificando a razão da abstenção em parágrafo intermediário.

34. Conforme a Resolução CFC n.º 1.121/08, que aprovou a NBC T 1 que versa sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas são preparadas objetivando fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e nas avaliações por parte dos seus



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

usuários. Com relação a este assunto, assinale a opção que apresenta aspectos que **NÃO** se enquadram nesses objetivos.

- a) Atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.
- b) Decidir quando comprar, manter ou vender um investimento em ações.
- c) Avaliar a Administração quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida, à qualidade de seu desempenho e à prestação de contas.
- d) Avaliar a capacidade da entidade de pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios.

35. A Companhia de Alimentos Brasília (CAB), para efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial em sua controlada Companhia de Reciclagem do Norte (CRN), procedeu à eliminação do lucro não realizado na controlada de transações efetuadas entre elas. A seguir, encontram-se demonstrados os valores na data de 31 de dezembro de 2008:

Patrimônio líquido.....	9.600
Lucro não realizado.....	800
Valor contábil do investimento antes da equivalência.....	6.800
Percentual de participação no capital.....	80%

Com base nos dados acima mencionados e levando-se em consideração a Instrução CVM n.º 247/96, determine o novo valor contábil do investimento da CAB após a aplicação do método de equivalência patrimonial:

- a) R\$ 6.880.
- b) R\$ 7.040.
- c) R\$ 7.168.
- d) R\$ 7.680.

36. O patrimônio líquido da companhia Amazonas S.A. apresentava-se em 31-12-2008, antes da compensação do prejuízo do exercício de R\$ 560.000,00, com a seguinte composição.

	R\$
Capital social	1.500.000,00
Reservas de capital	280.000,00
Reserva de retenção de lucros	240.000,00
Reserva legal	160.000,00
Reserva para aumento de capital	190.000,00

De acordo com o art. 189 da Lei n.º. 6.404/76, como o patrimônio líquido se apresentará?

- a) Capital social R\$ 1.500.000,00; reservas de capital R\$ 280.000,00; e reserva de retenção de lucros R\$



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

30.000,00.

- b) Capital social R\$ 1.500.000,00; reservas de capital R\$ 280.000,00; e reserva legal R\$ 30.000,00.
- c) Capital social R\$ 1.500.000,00; reservas de capital R\$ 150.000,00; reservas de retenção de lucros R\$ 140.000,00; e reserva legal R\$ 160.000,00.
- d) Capital social R\$ 1.500.000,00; reserva de retenção de lucro R\$ 150.000,00; e reserva legal R\$ 160.000,00.

37. Implantados em dezembro de 2000 pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), o Novo Mercado e os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa – Nível 1 e Nível 2 – são segmentos especiais de listagem que foram desenvolvidos com o objetivo de proporcionar um ambiente de negociação que estimulasse, ao mesmo tempo, o interesse dos investidores e a valorização das Companhias. Em relação a essa afirmação, assinale a opção CORRETA.

- a) Esses segmentos especiais de listagem destinam-se a companhias que venham a abrir o capital e que se comprometam, obrigatoriamente, a adotar níveis mínimos de divulgação de informações ao mercado, sobretudo demonstrações contábeis especiais de acordo com distintas práticas contábeis (locais e internacionais, por exemplo).
- b) A adesão ao Novo Mercado é obrigatória para as novas empresas que forem listadas na BOVESPA e concretiza-se com a assinatura de um contrato entre a Companhia, os seus controladores, os administradores e a Bolsa. Em caso de rescisão do contrato por parte da Companhia, ela se desobriga pelos compromissos assumidos e, nesse caso, como compensação, os acionistas investidores terão o direito de receber uma oferta pública de aquisição (OPA) por suas ações, no mínimo, pelo valor econômico ou pelo contábil, dos dois o maior.
- c) O Novo Mercado e os demais segmentos se comprometem, obrigatoriamente, com práticas de governança corporativa adicionais em relação ao que é exigido pela regulamentação societária brasileira. O Nível 1 contempla tanto as regras de transparência e de dispersão acionária estabelecidas para o Novo Mercado quanto para o Nível 2, assim como a obrigatoriedade de divulgação de demonstrativos contábeis em padrão internacional (IFRS ou US GAAP), além das mesmas classes de ações do Novo Mercado.
- d) Entre os requisitos para a listagem no Novo Mercado de empresas que venham a abrir o capital ou que tenham apenas ações ordinárias ou que possam, no caso de existência de ações preferenciais, convertê-las em ações ordinárias, obrigatoriamente, destacam-se: (i) em caso de venda do controle acionário, o comprador estenderá a oferta de compra a todos os demais acionistas, assegurando-se equidade de tratamento; (ii) Conselho de Administração formado por cinco membros e mandato de, no máximo, dois anos; (iii) a Companhia não deve ter partes beneficiárias; (iv) Demonstração dos Fluxos de Caixa da Companhia e Consolidado; e (v) abertura da posição acionária de qualquer acionista que detiver mais de 5% do capital social, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

38. Considerando as disposições da Lei n.º 6.404/76 e alterações posteriores, assinale a opção INCORRETA.

- a) É presumida influência significativa quando a investidora for titular de 20% ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la.



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

- b) Considera-se que há influência significativa quando a investidora detém ou exerce o poder de participar nas decisões das políticas, financeira ou operacional da investida, sem controlá-la.
- c) É coligada a sociedade na qual a investidora tenha influência significativa.
- d) O valor contábil do investimento em coligada abrange o custo de aquisição mais a equivalência patrimonial e o ágio não amortizado, deduzido do deságio não amortizado e da provisão para perdas.

39. Conforme a Lei n.º 6.404/76, a companhia aberta que tiver mais de 30% do valor do seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas deverá elaborar e divulgar, juntamente com suas Demonstrações Contábeis, demonstrações consolidadas. A afirmativa acima é:

- a) incorreta.
- b) correta.
- c) incorreta, devido ao fato de o percentual indicado ser de 20%.
- d) incorreta, devido ao fato de o percentual de 30% referir-se ao valor de seus investimentos em coligadas e controladas.

40. A companhia aberta XYZ apresentou em 31.12.2008 lucro líquido do exercício de R\$ 100 milhões. O estatuto da companhia determina o pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, de acordo com a Lei n.º 6.404/76, de 25% sobre o lucro líquido do exercício. Um acionista minoritário protocolou na sede da companhia um pedido à Diretoria para pagar nesse exercício um dividendo de 50%, tendo em vista que o lucro do exercício excedeu as expectativas e o resultado apresentado no orçamento da companhia divulgado durante uma apresentação aos acionistas no início do ano. A Diretoria, com base nos arts. 193 e 202 da Lei n.º 6.404/76, propôs dividendos de:

- a) R\$ 23.750,00.
- b) R\$ 27.350,00.
- c) R\$ 47.500,00.
- d) R\$ 50.000,00.

41. Na conclusão dos trabalhos para emissão do parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da companhia ABC, que incluem uma controlada em crise financeira significativa, levantou-se a questão de um possível problema com a recuperação de valores dos ativos, além de a controlada estar incorrendo em prejuízos recorrentes e apresentar deficiência no capital de giro e passivo a descoberto. A administração, com base nos estudos e nos planos de negócio, entendeu que essa situação será revertida em médio prazo e evidenciou esses fatos nas notas explicativas. Diante dessas circunstâncias e considerando que o auditor independente concordou com o entendimento da administração da companhia, o seu parecer sobre as Demonstrações Contábeis deve ser emitido:

- a) com ressalva.



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

- b) com abstenção de opinião.
- c) com ressalva e parágrafo de ênfase.
- d) sem ressalva e com parágrafo de ênfase.

42. A limitação na extensão do trabalho do auditor independente pode, às vezes, ser imposta pela administração da entidade. Qual das situações a seguir não pode ser considerada uma limitação imposta pela administração?

- a) A existência de estoques relevantes no exterior.
- b) A existência de demonstrações contábeis de controladas ou coligadas, representativas de investimentos relevantes, não-auditadas por auditores independentes.
- c) Registros contábeis inadequados.
- d) Solicitação de saldos e/ou informações dos devedores, credores ou outras fontes externas, diretamente pelo diretor financeiro da entidade, para serem utilizados pelo auditor no seu trabalho, sem a possibilidade de aplicação de procedimentos alternativos.

43. De acordo com a NBC T 19.12, os eventos subsequentes à data do balanço são aqueles que ocorrem entre:

- a) o encerramento do exercício e a data da publicação das demonstrações contábeis.
- b) a data do balanço e a data da aprovação das demonstrações contábeis pela assembleia geral dos acionistas da companhia.
- c) a data do balanço e a data na qual é autorizada a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.
- d) o encerramento do exercício e a entrega do parecer de auditoria à entidade auditada.

44. De acordo com a NBC T 11.15, assinale a opção que apresenta um procedimento que deve ser executado pelo auditor independente para identificar a existência de passivos não registrados ou contingências.

- a) Examinar os documentos em poder do cliente vinculados aos passivos não registrados e às contingências, incluindo correspondências e faturas de consultores jurídicos.
- b) Obter, mesmo que verbalmente, da administração uma breve descrição das contingências na data de encerramento das demonstrações contábeis.
- c) Obter representação formal dos consultores jurídicos, de que todas as contingências potenciais ou ainda não-formalizadas, relevantes, estejam divulgadas nas demonstrações contábeis.
- d) Indagar e discutir com os componentes da equipe de auditoria a respeito das políticas e dos procedimentos adotados para identificar, avaliar e contabilizar e/ou divulgar os passivos não registrados e as contingências.



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

45. Considerando os eventos subsequentes abaixo mencionados, ocorridos após a data do balanço, determine qual não implica ajuste das Demonstrações Contábeis, nos termos da NBC T 19.12?

- a) A determinação do custo de ativos comprados ou do valor de ativos recebidos em troca de ativos vendidos antes da data do balanço.
- b) A venda de estoques com prejuízo.
- c) O declínio do valor de mercado de investimentos.
- d) A descoberta de fraudes ou erros relevantes.

46. O art. 183 da Lei n.º 6.404/76, alterada pela Lei n.º 11.638/07 e pela MP n.º 449/08, estabelece os critérios de avaliação de ativos, prevendo, inclusive, a avaliação pelo valor justo. Para efeitos do disposto no artigo citado, considera-se valor justo, EXCETO:

- a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado.
- b) dos bens ou direitos destinados à venda, o preço de realização mediante venda no mercado.
- c) dos investimentos, o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros.
- d) dos instrumentos financeiros, o valor que se pode obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes.

47. As subvenções governamentais devem ser reconhecidas contabilmente de conformidade com a Resolução CFC n.º 1.143/08, que aprovou a NBC T 19.4 – Subvenção e Assistência Governamentais. Com relação a esse assunto assinale a opção INCORRETA.

- a) A subvenção governamental é, algumas vezes, apresentada como crédito na demonstração do resultado, separadamente sob o título geral tal como outras receitas, quer alternativamente como dedução da despesa com a qual se relaciona.
- b) Uma subvenção governamental pode ser reconhecida como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar.
- c) A subvenção governamental representada por ativo não monetário, por exemplo um imóvel, não pode ser reconhecida diretamente em conta de resultado, ficando temporariamente em conta de passivo, uma vez que os benefícios econômicos pela utilização deste ativo somente serão obtidos pelo uso ou alienação.
- d) Uma subvenção governamental que tenha que ser devolvida (perda de direitos) deve ser contabilizada como revisão de estimativa contábil, conforme normas sobre práticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e correção de erros.

48. De acordo com a Lei n.º 6.404/76, ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações contábeis, que deverão exprimir com



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

clareza a situação do seu patrimônio e as mutações ocorridas no exercício. Em se tratando de companhia aberta, assinale a opção CORRETA.

- a) Relatório da administração, balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do valor adicionado e notas explicativas.
- b) Balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração de resultado, demonstração das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas.
- c) Balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração de resultado, demonstração das origens e aplicações de recursos, demonstração do resultado do exercício e notas explicativas.
- d) Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.

49. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera. Uma entidade deve considerar os seguintes fatores na determinação da moeda funcional, EXCETO:

- a) a moeda na qual as conversões são normalmente realizadas pelo mercado, devendo atentar para a separação entre os itens monetários e não monetários.
- b) a moeda que mais influencia os preços de seus bens e serviços.
- c) a moeda que mais influencia mão-de-obra, material e outros custos para o fornecimento de seus produtos ou serviços.
- d) a moeda do país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos ou serviços.

50. De acordo com a Resolução CFC n.º 1.152/09, que aprovou a NBC T 19.18, e a Deliberação CVM n.º 565/08, os contratos vigentes na data de transição e que apresentarem as características de arrendamento mercantil financeiro, em sua forma legal ou em sua essência econômica, considerados os fatos e as circunstâncias existentes nessa data, a entidade arrendatária, para fins de elaboração de suas demonstrações contábeis, deve registrar:

- a) os custos diretos iniciais de arrendamento, anteriormente reconhecidos no resultado, como ajuste de exercícios anteriores em lucros ou prejuízos acumulados na data de transição.
- b) em conta específica, a obrigação por arrendamento mercantil financeiro pelo valor presente das contraprestações em aberto na data da transição.
- c) no ativo imobilizado, em conta específica, o bem arrendado pelo valor de custo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, ajustado pela depreciação acumulada calculada desde o momento do contrato até a data de transição.
- d) a diferença apurada entre o valor registrado no ativo e o valor registrado no passivo, líquida dos efeitos fiscais, deve ser registrada como receita ou despesa, conforme o saldo seja credor ou devedor.

QUESTÕES DISSERTATIVAS



Prova de Qualificação Técnica Geral: 22 de junho de 2009.

51. Comente sobre a emissão por parte do auditor independente de um parecer adverso. Quando ocorrem os motivos para tal emissão e quais as modificações do texto do parecer em decorrência dessa decisão? Descreva pelo menos uma situação prática que é determinante para o auditor independente emitir esse tipo de parecer de auditoria.

52. Para ser útil a informação deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõe representar. Comente os efeitos da primazia da essência sobre a forma na representação adequada das transações e cite exemplos de suas aplicações.